



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 24 DE ABRIL DE 1996

*Senhores Governadores; Senhores Ministros; Senhores Parlamentares;
Senhoras e Senhores;*

Em primeiro lugar, reitero os meus agradecimentos, que têm sido freqüentes, não só pelas visitas, que também têm sido freqüentes, dos senhores governadores ao Presidente da República, como pelo esforço que os governadores estão fazendo, neste momento em que estamos reorganizando o País e colocando-o num novo rumo.

Acho que é meu dever de Presidente da República reconhecer o imenso esforço dos governadores. Disse bem o Governador Britto que eles herdaram situações. E disse bem, também, que a soma das situações é a minha situação, que sou o maior herdeiro de legados de injustiça e de desorganização no País.

Todas as vezes que pronuncio essas frases, depois alguém diz que estou querendo criticar este ou aquele. Não, estou dizendo outra coisa; ou se tem uma compreensão histórica, ou então vira fofoca. É outra coisa. Estou dizendo que, depois de dezenas de anos de inflação, houve a perda de controle do significado do dinheiro e do que

significava administrar este país. Todos que exerceram governos durante o período de inflação sabem disso – e, aqui, muitos exerceram, ou exercemos durante o período de inflação. Não se via a realidade.

Hoje, o que acontece é que estamos nos deparando com uma realidade, realidade cujo drama da injustiça aparece com mais força. Essa é a verdade. E cabe a nós, realmente, juntos, enfrentarmos essas questões, com tranquilidade, com firmeza, com serenidade também – e com rumo. É o que estamos fazendo.

Também é preciso deixar claro para o País que os problemas que nós herdamos, que são antigos, não vão ser resolvidos em dois, três anos. Não é correto pedir a ninguém que, em dois anos, resolva o que se acumulou em cem anos – ou, talvez, mais recentemente, para sermos um pouco menos pessimistas. Mas há uma dívida social imensa. Por sorte, hoje temos um país democrático e governos dispostos a mexer com o vespeiro. Por isso mesmo, os problemas afloraram com mais força – é normal que assim seja, e disso não teremos que nos queixar – mas temos que enfrentá-los. É o que está acontecendo neste país.

Vejam agora – e isso já foi referido aqui – a questão no campo. Não é questão nova. Eu reitero: nenhum governo assentou mais famílias do que este. Infelizmente, por mais que se reitere... Fiz com que a imprensa fotografasse uma pilha onde estão os nomes e os RGs de cada uma das famílias assentadas, são 42 mil e poucas. (É o mesmo critério usado sempre. Claro que isso aí diz respeito, também, a desapropriações que vinham de antes e a processos de assentamento, mas é comparável com qualquer outro número, porque todos são iguais.) Nunca houve tal número, na história do Brasil. O máximo foram 30 e poucas mil; em média, são 16 mil.

Ora, o que significa assentar 42 mil famílias, diante dos milhões que precisam? Nada, é gota d'água no oceano. Então, não estou dizendo isso para dizer: "Fizemos." Não! É para mostrar ao País as dificuldades do fazer-se. Por mais que se faça – e se faz, e há de se fazer mais – é insuficiente, diante de um problema que ultrapassa, de muito, a capacidade de o poder público atendê-lo.

Isso significa que devemos cruzar os braços? Não. Significa que devemos trabalhar. Mas também quero deixar bem claro aqui – e os governadores sabem disso – que não pode ser feito, simplesmente, no atropelo. A reivindicação é justa, o protesto é democrático, dentro dos limites. Mas a lei tem que ser respeitada, e os governadores têm responsabilidade, como o Presidente também tem. E, se, diante desse quadro, houver forças desejando que se resolva em 24 horas o que se acumulou em cem anos, as conseqüências serão previsíveis. E nós, como pessoas responsáveis, temos que chamar a atenção de todos os setores da Nação para esse fato.

Evidentemente, o poder há de se exercer, a lei há de ser respeitada sem violência – a violência eu não aceito nunca, não é aceitável – de parte a parte. Violência não é aceitável, não leva ao caminho que todos desejamos. Mas, obviamente, é preciso que isso seja compreendido na sua amplitude, de parte a parte.

Governos como os nossos estão sempre dispostos a negociar, mas negociar significa, também, que haja compreensão. A boa-fé tem que ser recíproca, senão, não se constrói, democraticamente, a possibilidade da mudança, e o objetivo visado acaba sendo minado pela própria forma pela qual se deseja atendê-lo. Acredito que isso seja um problema sério, que vai afetar a todos nós, porque, amanhã ou depois, qualquer dos senhores ou o próprio Presidente podem vir a ser acusados de terem feito aquilo que jamais queriam ter feito e que na prática, pessoalmente, não fizeram, mas que, quando a situação chega a um certo limite de desdobramento e de desbordamento, infelizmente, às vezes, ocorre. E temos que evitar que isso aconteça, temos que multiplicar a nossa ação de vigilância e de negociação.

Mas faço um apelo, de novo, ao País, que tenho feito com insistência: os que desejam ir muito depressa devem, também, perceber que não é a vontade nossa que resolve a questão. São processos mais complexos.

O Governo já tinha enviado ao Congresso todas as medidas que estão sendo votadas agora. Todas. Lá estão a questão relativa ao rito sumário e a relativa ao disciplinamento da Justiça Militar. Também, não se pode, agora, tratar as polícias como se fossem todas compos-

tas por maus elementos, porque não o são. Há os que são. Mas não se pode tratar em bloco essa matéria. E o Congresso tem que ter – e está tendo – dedicação para enfrentar essas questões. Os projetos estão lá, já foram mandados – por exemplo, o de rito sumário já mandei há meses para o Congresso; foi aprovado hoje na Comissão de Justiça.

Da mesma maneira, acho justo que se discuta a questão de impedir o desmembramento de terras de tal maneira que se impeça a reforma agrária. Mas quero deixar claro, perante o País, que o Governo não se omitiu, não: as matérias já estão em andamento no Congresso, e também o Congresso está atuando. Como é um Congresso, naturalmente tem que conciliar diferenças, tem que atuar democraticamente.

Nesse sentido, creio que estamos avançando. E, como os governadores estão se pondo à disposição do Governo para as questões sociais – há várias; estou me referindo basicamente à agrícola – acho que devíamos encarar essa questão da terra também de um ângulo mais amplo. Qual é o ângulo mais amplo? O governo federal não tem condições, é ilusão de um passado autoritário imaginar isso, de resolver, de Brasília, o assentamento de centenas de milhares de pessoas. Ou nos aproximamos mais da realidade, ou isso sai muito caro e se frustra.

Aqui está o Governador do Acre. No Acre, há experiências de assentamento, feitas por prefeituras, que, creio, funcionam. Por que não envolver mais os poderes locais no cadastramento, para que possamos realmente saber o que está sendo feito?

Sei que o governador Arraes mencionou algo, recentemente, nesse sentido. É preciso envolver o cadastramento, não na responsabilidade jurídica da desapropriação, não no apoio das TDAs, não na responsabilidade que o Governo Federal tenha, mas no processamento. Por que não desburocratizarmos isso? Por que não compartilharmos com o Governo Estadual e Municipal o encaminhamento dessas questões, de tal maneira que, em vez de se fazer passeata na Esplanada, se faça assentamento, de fato, onde o homem precisa de ter, realmente, o seu pedaço de terra para poder trabalhar?

Acho que podemos discutir essas questões com muito afinco.

Também quero dizer aos senhores Governadores, à senhora Governadora – me perdoe, minha amiga Roseane; precisamos ter mais governadoras – o seguinte: a manifestação sobre a importância das reformas acho que é essencial, prática, no Congresso, pedindo voto aos congressistas. Não cabe a mim reclamar de ritos que são democráticos. Ao contrário: temos que entender – e todos entendemos – que, por mais que haja urgências, há ritos, há regimentos, há o Supremo Tribunal. E isso é democracia.

A democracia, por vezes, não é rápida, mas ela consolida as decisões. Temos que entender isso. O País precisa entender que estamos vivendo transformações dentro da democracia e que, portanto, há momentos de vaivém, há negociações, e isso não nos deve inquietar. Mas a persistência do processo reformador é essencial. E, enquanto eu estiver na Presidência da República – disse aqui desde o início –, vou querer modificar o tempo todo, porque nós herdamos, como aqui foi dito, muita coisa que precisa ser modificada, muita coisa que tem que ser atualizada. Muita coisa.

Os senhores sabem, governadores, que a reforma da Previdência já ficou aquém do que desejávamos, bastante aquém do que desejávamos. Na reforma administrativa, há pontos que não são negociáveis. É a terceira vez que digo isso em público, porque vou fazer assim mesmo.

Tenho me dedicado com muito afinho a essas transformações, mas chega um momento que elas ficam “deformações”, e não “transformações” – deformação da proposta, que não é minha; das necessidades do País.

Todos os governadores sabem que, por mais que se resolva a dívida, isso não vai resolver a questão. (Vou lhes dar corda para maior enforcamento, porque, na verdade, é disso que se trata: estender mais corda para que os Estados se enrolem nela, como o País se enrolou durante tanto tempo, e continua enrolado.) Temos que ir à raiz da questão. E a raiz da questão é que os gastos não podem continuar, sobretudo os gastos de pessoal, porque não há recursos para fazer

frente a eles. E, se não há recursos para fazer frente a eles, temos que enfrentar essa questão.

Conversei com muitos dos que aqui estão, com todos, praticamente. Todos têm o mesmo problema: por mais que se resolva uma dívida aqui e outra dívida ali, não sobra dinheiro para investimento, e, muito freqüentemente, o recurso que se tem não é suficiente sequer para pagar os compromissos existentes, de gastos de custeio e gasto corrente de pessoal.

Então, não há dúvidas – não estou, com isso, escapando, e nem vou escapar, da questão da relação com o Governo Federal – de que temos de ter clareza sobre aquilo de que se trata. E do que se trata é: ou mudamos, em pontos essenciais, aspectos da Constituição que limitam ou engessam a Administração, ou – não um terço do mandato – todo o mandato vai se esvair numa incessante busca de soluções que não são soluções. E, por mais que o Governo Federal se abra a soluções, ele tem limites também. E não terá soluções.

Ainda ontem, a um pequeno grupo de senadores que veio falar comigo – referiam-se ao caso de São Paulo, do Banespa –, eu disse: “Em condições iguais, o Governo Federal faz a mesma coisa para todos os Estados.” Todos os Estados. O Governador Mário Covas sabe disso melhor do que eu. O que estávamos discutindo – e estamos, há meses – não é um privilégio. Pelo contrário, é o esforço de São Paulo para fazer face a uma situação difícil. E muito difícil.

Então, realmente, preciso da solidariedade dos governadores. O Brasil precisa da nossa solidariedade ao Congresso. Tenho certeza de que os setores do Congresso não vão faltar, uma vez informados da real situação, do que se trata, realmente do que se trata: ou se faz a reforma administrativa, ou se entregam os meios necessários aos governos, para que os governos possam atingir aquilo de que o País necessita, ou, então, o resto é retórica. O resto é retórica, e nós estamos engessados: as tentativas feitas – e quantos governadores aqui já fizeram tentativas – vão ser barradas na Justiça, porque a Justiça não tem alternativa senão a de olhar a limitação constitucional e dizer: “Não pode.” Até que um dia se diga: “Bom, fechou para mudança,

não é para reforma. Não tem como... O Tesouro acabou.” Em muitos Estados, o Tesouro está acabando. Então, não é dramatizar nada, não. É essa a situação.

Claro, há uma situação específica, e vou pedir ao secretário Pedro Parente que se ocupe dessa questão específica. Os governadores sabem também do nosso esforço nessa matéria. Muitos dos que aqui estão sabem que, através do BNDES, estamos antecipando recursos para que sejam liquidadas dívidas, porque não me parece que adiante muito espichá-las, só. Estamos antecipando recursos para que os governos possam, através da alienação de patrimônio, acabar com o tormento das dívidas. Muita gente já criticou isso, mas estamos fazendo. Sabem também que já fizemos esforços de renegociação de dívida; e que o que mais puder ser feito nós vamos, com boa vontade e com solidariedade, tentar encaminhar, desde que se entenda que são paliativos e que não dá mais para continuar com tanto paliativo.

Não quero terminar com esse tom, digamos, lamuriento. Eu olho a telinha – sempre gosto, aquela coisa – e diz-se que a reunião dos senhores governadores, em Águas Claras, foi um “muro de lamentações”. Eu não sabia, Governador, que sua casa, em Águas Claras, era muro, não sabia que Vossa Excelência era do PSDB (*risos*); e, menos ainda, de lamentações. Porque o PSDB, pelo menos, não lamenta, fica no muro, feliz, em equilíbrio. Aqui, não: “muro de lamentações”. (*Risos.*)

Então, quando eu estava vendo o “muro de lamentações”, de repente uma notícia que me chamou a atenção: a indústria paulista cresceu 8.1% no trimestre, em nível de atividade e em vendas. Estranho, não? Não dizem que estamos em recessão? Esquisito isso. O que está acontecendo? A recessão existe quando querem se queixar, mas, quando você vai ver o resultado, o resultado é positivo: 8.1% de crescimento, neste trimestre, primeiro trimestre. Então, temos, também, que olhar o horizonte. Isso não vai refrescar as nossas dificuldades de Tesouro, porque o caixa não vive do horizonte, nem o dos senhores nem o meu. Mas nós temos que olhar o horizonte, temos que ver que estamos, realmente, ao mesmo tempo, transformando o

Brasil. Olho aqui para o Governador Amazonino: segundo me disse o Ministro Serra, também na Zona Franca de Manaus as coisas não foram tão mal assim quanto eu estava imaginando. Cresceram bastante.

Tenho ido a Estados para ver investimentos. Em Minas Gerais, tive o prazer de ver a Cenibra dobrar a sua produção e de ouvir a Mercedes informando que vai se instalar lá; e que a Fiat dobrou. Espero, brevemente, poder visitar São Paulo com o mesmo espírito, de ver que, em São Paulo, embora o Tesouro esteja vazio, as empresas continuam crescendo e que seja possível fazer mais investimentos.

Nós estamos transformando... – e, aí, olhei para o governador Lerner: vejo que ele está com ar de quem está refastelado em investimentos, no Paraná, abastado em investimento. E isto é que é ruim: o fato de a gente perceber que está havendo um momento de crescimento no Brasil e, ao mesmo tempo, não estarmos conseguindo aumentar os recursos do poder público para atender o social. Por isso eu me referi aos 8.1%: porque não estamos num momento de encolhimento do Brasil; estamos num momento de expansão do Brasil. E, neste momento de expansão do Brasil, é absolutamente inaceitável que não possamos – não é porque não queiramos, é porque não temos recursos – atender, com maior velocidade, toda a questão social.

Desculpem: como de hábito, falei demais. Mas é pelo entusiasmo de vê-los aqui, unidos, solidários, buscando saídas e indo à raiz das questões. Dizem que isso é que é ser radical. Acho que radicais somos nós, porque vamos à raiz das questões, e não simplesmente ficamos nos contentando com a zoeira que, muitas vezes, digamos, atordoa, mas perturba a visão. Aqui, tenho certeza de que estou diante de homens de visão. E podem ter a convicção de que, mais uma vez, o Dr. Pedro Parente vai se debruçar para ver o que é possível fazer. Mas eu vou pedir que, juntos, nos debrucemos sobre o Congresso, porque tenho certeza de que o Congresso – eu falo com os Líderes do Congresso – muitas vezes não sabe. Quantas vezes ouço dizer: “Mas isso prejudica o meu Estado.” E não prejudica. Está faltando a informação.

Então, se estivermos realmente juntos na batalha, ali no dia-a-dia – e vamos estar –, vamos conseguir mudar esse panorama tão sombrio dos cofres públicos, não para o nosso gozo, mas para que possamos cumprir aquilo que disse o Governador Cristovam, reiterado pelo Governador Britto: a agenda social. Vamos estar firmes nela.

Muito obrigado aos senhores.